



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**SPE Futura 5 Geração e Comercialização
de Energia Solar S.A.**

31 de dezembro de 2025 e 2024

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração



SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.

das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Guilherme Naves Valle
Signed By: Guilherme Naves Valle-5419919824
CIP: 2419919824
Signer Role: Partner
Signed Time: 31 March 2026 12:24 BRT
O: ICP-Brasil, CN: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC Sijoyard MAlpba
E:5126040E407...

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

Demonstrações do Resultado	3
Demonstrações do Resultado Abrangente	3
Demonstrações do Fluxo de Caixa	4
Balanco Patrimonial Ativo	5
Balanco Patrimonial Passivo	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	7
02. Apresentação das demonstrações financeiras	7
03. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	9
04. Receita operacional líquida	9
05. Custos e despesas por natureza	10
06. Resultado financeiro	10
07. Tributos	11
08. Caixa e equivalentes de caixa	11
09. Contas a receber	11
10. Imobilizado	12
11. Fornecedores	13
12. Empréstimos e financiamentos	13
13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	15
14. Partes relacionadas	18
15. Patrimônio Líquido	18

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	4	68.959	43.497
Custo operacional	5	(72.223)	(41.038)
Resultado bruto		(3.264)	2.459
Despesas/Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	5	(1.376)	(1.562)
Outras receitas (despesas) operacionais	5	(164)	(1.397)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos		(4.804)	(500)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	5.865	5.120
Despesas financeiras	6	(11.446)	(11.880)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(10.385)	(7.260)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	7	(4.181)	(3.001)
Prejuízo líquido do exercício		(14.566)	(10.261)

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício		
Outros resultados abrangentes	(14.566)	(10.261)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(14.566)	(10.261)

Demonstrações do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(10.385)	(7.260)
Ajuste para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	5	15.931	14.043
Rendimentos de aplicações (TVM)	6	(1.981)	(4.262)
Variação monetária líquida		6.675	6.973
Juros empréstimos e financiamentos		4.770	3.238
Juros fornecedores de projetos em construção		-	220
		15.010	12.952
Aumento (redução) nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Contas a receber		(2.708)	1.195
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		491	1.649
Operações comerciais com partes relacionadas		1.815	129
Fornecedores		1.949	6.048
Impostos, taxas e contribuições		(3.708)	(54)
Outros ativos e passivos		(168)	1.697
		(2.329)	10.664
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(3.340)	(2.074)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		9.341	21.542
Fluxo caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(131)	(1.100)
Resgates de títulos e valores mobiliários		447	19.354
Notas comerciais com partes relacionadas	14	(3.352)	(33.639)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos		(3.036)	(15.385)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento fornecedores de projetos em construção		-	(12.752)
Pagamento juros fornecedores de projetos em construção		-	(1.964)
Amortização de principal – empréstimos	12	(988)	(2.717)
Juros pagos - empréstimos	12	(5.413)	(10.403)
Depósitos vinculados a empréstimos	12	(696)	(479)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de financiamentos		(7.097)	(28.315)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(792)	(22.158)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		3.123	25.281
No fim do exercício		2.331	3.123
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(792)	(22.158)

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.331	3.123
Títulos e valores mobiliários		782	1.229
Contas a receber	9	11.131	8.423
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		-	491
Operações comerciais com partes relacionadas	14	4.198	4.211
Outros		876	508
		19.318	17.985
Não circulante			
Notas comerciais com partes relacionadas	14	36.991	33.639
		36.991	33.639
Imobilizado	10	354.228	371.034
Intangível		89	22
		391.308	404.695
Total do ativo		410.626	422.680

Balanço patrimonial - Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	11	9.620	8.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		962	409
Outros impostos a recolher		1.422	1.502
Empréstimos e financiamentos	12	6.167	8.802
Operações comerciais com partes relacionadas	14	4.459	2.657
Outras obrigações		332	131
		22.962	21.535
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	134.069	132.984
		134.069	132.984
Total do Passivo		157.031	154.519
Patrimônio líquido			
Capital social	15	293.103	293.103
Prejuízos acumulados		(39.508)	(24.942)
Total do patrimônio líquido		253.595	268.161
Total do passivo e patrimônio líquido		410.626	422.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Capital Social subscrito	Capital social a integralizar	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	307.747	(14.644)	(14.681)	278.422
Transações com acionistas:				
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(10.261)	(10.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	307.747	(14.644)	(24.942)	268.161
Transações com acionistas:				
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(14.566)	(14.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	307.747	(14.644)	(39.508)	253.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. (a "Companhia" ou "SPE 5") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Juazeiro, no Estado da Bahia.

Foi constituída em 28 de maio de 2020 com o objetivo específico de implantação e exploração em nome próprio de usina de geração de energia a partir de fonte solar fotovoltaica, na Cidade de Juazeiro, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações, com aquisição, no mercado interno e externo de equipamentos, bens e serviços necessários para tal finalidade, produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte solar.

Em 29 de maio de 2023, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") autorizou a Companhia a iniciar a operação comercial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 – "Estimativas e julgamentos contábeis críticos".

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2026.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar nas demonstrações financeiras capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 5.848, entende que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo.

Além disso, em 2025, a Companhia gerou fluxo de caixa operacional positivo no montante de R\$ 9.341 (negativo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 20.166). A Administração está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e, em caso de necessidade, o acionista controlador fará aportes financeiros para garantir a continuidade das operações, além de haver pleno acesso ao mercado de capitais para eventuais captações de recursos financeiros caso sejam necessários.

Cabe destacar que o setor possui investimentos programados para expansão da capacidade de escoamento e espera-se uma estabilidade operacional no médio e longo prazo para a Companhia. Adicionalmente, a Companhia está inserida em um cenário regulatório e econômico favorável para fontes renováveis uma vez que existe a possibilidade de abertura do cronograma do mercado livre, além do desenvolvimento e implantação de tecnologias de armazenamento, por exemplo o leilão de baterias.

Operacionalmente, a infraestrutura de energia obteve uma melhora significativa ao final de 2024 e início de 2025 com aumento na exportação do Nordeste de aproximadamente 2GW, com a entrada de novas linhas de transmissão e reforços na rede da região.

Por fim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações de normas emitidas pelo CPC e IASB

O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram:

CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 – Contratos com referência energia e cuja geração dependa da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de uso próprio (own use) e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. O objetivo dessas mudanças é garantir que as demonstrações financeiras apresentem adequadamente os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, descritos como contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza (contracts referencing nature-dependent electricity).

Essas alterações se aplicam apenas a contratos que expõem uma entidade à variabilidade devido à volatilidade na geração de energia que depende de condições naturais. As mudanças incluem:

(i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia que dependem de condições naturais devem ser tratados contabilmente como contratos de uso próprio; (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting, especificamente hedge de fluxo de caixa; e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

Essas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2026.

Durante o exercício de 2025, a Companhia analisou os efeitos dessas mudanças em suas demonstrações financeiras, não identificando impactos materiais.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 estabelece novos requerimentos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com o objetivo de aprimorar a comparabilidade entre entidades e fornecer informações mais relevantes e fiéis sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A norma será de adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027, não sendo prevista a adoção antecipada pela Companhia.

Embora não altere critérios de reconhecimento ou mensuração, a IFRS 18 introduz mudanças significativas na estrutura das demonstrações financeiras, incluindo a nova classificação padronizada de receitas e despesas, novos subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, novos princípios de agregação e desagregação, além de ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e de novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração.

Durante o exercício de 2025, a Companhia conduziu um trabalho abrangente para avaliar os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18. As principais atividades incluíram:

- **Capacitação de diversas áreas internas**, por meio de treinamentos específicos sobre os novos requerimentos da norma;
- **Análise dos potenciais impactos em cláusulas contratuais**, especialmente aquelas relacionadas a indicadores financeiros;

- **Mapeamento de impactos contábeis e operacionais**, com identificação de ajustes necessários;
- **Criação de novas contas contábeis**, alinhadas à estrutura de apresentação exigida pela norma.

Ao longo de 2026, a Companhia dará continuidade ao processo de implementação, com foco na adequação da estrutura do ERP SAP para suportar os novos critérios de apresentação e divulgação. O projeto contempla ajustes sistêmicos, revisões de processos internos e validações de consistência para garantir conformidade plena com a nova norma a partir de sua vigência obrigatória



Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/23, foi regulamentada, alterando de forma estrutural o modelo de tributação no Brasil. O novo sistema substituirá gradualmente o ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). O objetivo central é simplificar o sistema, reduzir a cumulatividade e aumentar a neutralidade tributária.

A transição teve início em 2026, com consolidação completa prevista para 2033. A partir de 2029, haverá redução progressiva do ICMS, ISS e dos benefícios fiscais estaduais, até sua extinção em 2032. Durante esse período, coexistirão tributos antigos e novos, exigindo controles adicionais e ajustes de contabilização.

Ainda permanecem pendentes definições relativas às regras específicas de operacionalização e as alíquotas finais dos novos tributos. Estima-se que a carga combinada da CBS e do IBS possa alcançar até 28%, enquanto o IS terá alíquota máxima de 0,25% para carvão mineral e para o gás natural, exceto quando destinado a insumo industrial ou matéria-prima.

Foi instituída nova sistemática de creditamento que amplia as possibilidades de aproveitamento dos créditos tributários, eliminando limitações anteriormente existentes que resultavam em acúmulo sem possibilidade de compensação. Além disso, houve alteração na forma de recolhimento, a qual poderá impactar o ciclo de pagamentos e recebimentos.

Ao longo de 2025, com objetivo de assegurar conformidade e adequada adaptação às novas regras fiscais, a Companhia avançou de forma significativa no processo de preparação, conduzindo análises detalhadas dos impactos sobre os negócios, adequações de sistemas, além de programas contínuos de treinamento e capacitação das equipes envolvidas.

Essa abordagem fortalece a governança corporativa e contribui para o alinhamento de práticas e decisões, permitindo que o Grupo Eneva opere de forma eficiente e segura no novo ambiente tributário

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As informações sobre estimativa e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Estimativas	Nota explicativa
Vida útil do ativo imobilizado	11
Teste de redução ao valor recuperável – Avaliação de <i>impairment</i>	11

4. Receita operacional líquida

Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos.

A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício assim se apresenta:

	2025	2024
Receita bruta		
Venda de energia (autoprodução)	(a) 72.013	45.756
	72.013	45.756
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(3.055)	(2.259)
	(3.055)	(2.259)
Total da receita líquida	68.959	43.497

(a) Venda de energia

As receitas decorrem de contratos na modalidade de autoprodução de energia por equiparação, em que a energia gerada pelo parque solar é direcionada ao consumo próprio do cliente em sua unidade produtiva, que alcançou o montante de R\$ 60.126 e de venda de energia para Companhias do mesmo grupo no total de R\$ 11.887. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia renovável. O contrato de autoprodução está relacionado as empresas do grupo Vallourec.

5. Custos por natureza

A composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	2025	2024
Custo		
Energia elétrica para revenda	(a) (38.500)	(11.673)
Depreciação e amortização	(15.931)	(14.043)
Custo regulatórios	(b) (13.588)	(10.442)
Serviços de terceiros	(2.194)	(2.999)
Pessoal	(935)	(990)
Outros	(1.075)	(891)
	(72.223)	(41.038)

(a) Compra de energia incentivada no mercado livre para o cumprimento do contrato bilateral de autoprodução firmado com o cliente.

(b) Deve-se as Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (TUST) e do Sistema de Distribuição (TUSD), essas tarifas são pagas pelos usuários da rede básica de energia elétrica pela disponibilização da rede. Essas tarifas são devidas a partir do momento em que a usina fotovoltaica se encontra estruturada para a geração de energia, mesmo que o usuário não as utilize. Em 2023, o custo regulatório fora reconhecido como despesa, face à ausência de receita operacional líquida. Em 2024, os custos regulatórios passaram a ser reconhecidos em função da entrada em operação comercial da Companhia no mês de maio.

6. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	1.981	4.262
Outras	3.884	858
	5.865	5.120
Despesas financeiras		
Variação cambial e monetária	(6.675)	(6.973)
Comissões e corretagens	(1.060)	(1.342)
Juros de empréstimos e financiamentos	(3.642)	(3.238)
Outras	(69)	(327)
	(11.445)	(11.880)
Resultado financeiro	(5.580)	(6.760)

7. Tributos

Prática contábil

As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

Em 31 de dezembro de 2025, os tributos calculados sobre o lucro presumido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de IRPJ e CSL é demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Faturamento (fornecimento de energia)	72.013	72.013	45.756	45.756
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	5.761	8.642	3.660	5.491
Receitas Financeiras	5.844	5.844	4.752	4.752
Base de cálculo	11.605	14.486	8.412	10.243
Tributo devido	(2.877)	(1.304)	(2.079)	(922)

8. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem aos critérios descritos acima, são classificados como Títulos e valores mobiliários.

	2025	2024
Caixas e bancos	640	296
Fundo de Investimento (a)	1.691	24.985
	2.331	25.281

(a) Valores aplicados em fundos de investimento exclusivos da Companhia, cujos saldos em 31 de dezembro de 2025 são compostos principalmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente acordada com as instituições financeiras, além de outros títulos de renda fixa, de acordo com a política de investimento da Companhia.

9. Contas a receber

Prática contábil

Correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado deduzido da perda de crédito esperada ("PCE") quando aplicável.

	2025	2024
Contratos de autoprodução do mercado livre brasileiro	11.131	8.423
	11.131	8.423

O risco de PCE para a Companhia é imaterial, visto que seus únicos clientes, empresas do grupo Vallourec, são seus acionistas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 - Patrimônio líquido.

Avaliação do risco de crédito

A Companhia realiza uma análise de risco frente às contrapartes antes da operação, por meio de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE.

10. Imobilizado

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Vida útil e Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos a partir do seu início de operação.

Itens de Imobilizado	Range de depreciação
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

Composição dos saldos	2023 - 2025				
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Faixa de depreciação	25 a 50 anos	5 a 40 anos	16 anos	-	
Custos					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.157	281.674	-	68.119	392.950
Adições	-	-	-	1.063	1.063
Baixas	-	(52)	-	-	(52)
Transferências	(42.297)	82.767	329	(40.799)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	860	364.389	329	28.383	393.961
Adições	-	-	-	727	727
Baixas	-	-	-	(1.623)	(1.623)
Transferências	7.412	19.765	-	(27.177)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.272	384.154	329	310	393.065
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(958)	(7.946)	-	-	(8.904)
Adições	(617)	(13.394)	(12)	-	(14.023)
Transferências	1.524	(1.523)	(1)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(51)	(22.863)	(13)	-	(22.927)
Adições	(112)	(15.778)	(20)	-	(15.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(163)	(38.641)	(33)	-	(38.837)
Valor Contábil					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.199	273.728	-	68.119	384.046
Saldo em 31 de dezembro de 2024	809	341.526	316	28.383	371.034
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.109	345.513	296	310	354.228

Avaliação de impairment

Em 2025, a Companhia identificou indicativos de perda para a SPE Futura 5 decorrentes de fatores externos que vem afetando o setor de usinas renováveis, incluindo restrições operacionais (exemplo: curtailment) e outros desafios operacionais e de mercado. Em razão desses indícios, foi realizado teste de recuperabilidade para o complexo, tendo sido concluído que não há perda a ser reconhecida.

Os testes de recuperabilidade foram realizados com base no valor em uso, considerando:

- Projeção dos fluxos de caixa futuros em moeda funcional (R\$), em termos nominais;
- Premissas de preço, evolução do OPEX e CAPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia; e
- Taxa de desconto pré-impostos de 10,53%, conforme a metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (CMPC), considerando efeitos inflacionários.

11. Fornecedores

Prática Contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

	2025	2024
Ressarcimento de energia	(a) 7.512	4.247
Compra de energia	-	515
Manutenção das usinas	255	955
Outros	1.853	690
	9.620	6.407

(a) Composto pelo valor de ressarcimento quando a usina não atende a totalidade da energia contratada;

12. Empréstimos e financiamentos

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos e financiamentos é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos.

Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos

A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos atendem aos seguintes critérios:

- (a) não estão condicionados a eventos futuros; e
- (b) são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência.

Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos e financiamentos a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.



2025

Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas*	Vencimento	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos							
BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	7,81%	15/07/2045	140.824	5.075	145.899
					140.824	5.075	145.899
Depósitos vinculados					(5.663)	-	(5.663)
Saldo líquido					135.161	5.075	140.236
Circulante							
Não circulante					1.092	5.075	6.167
					134.069	-	134.069

2024

Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas*	Vencimento	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos							
BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	7,08%	15/07/2045	141.568	5.186	146.754
					141.568	5.186	146.754
Depósitos vinculados					(4.968)	-	(4.968)
Saldo líquido					136.600	5.186	141.786
Circulante							
Não circulante					3.616	5.186	8.802
					132.984	-	132.984

* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses: IPCA a 5,67%.

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 31 de dezembro de 2023	145.174
(+) Juros incorridos	3.238
(+/-) Variação monetária	6.973
(-) Pagamento de principal	(2.717)
(-) Pagamento de juros	(10.403)
(-) Depósitos vinculados	(479)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.786
(+) Juros incorridos	3.642
(+/-) Variação monetária	6.675
(-) Pagamento de principal	(988)
(-) Pagamento de juros	(10.183)
(-) Depósitos vinculados	(696)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	140.236

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Empréstimos e Financiamentos
2027	1.203
2028	2.527
2029	4.318
2030	4.669
2031 até o último vencimento	127.015
	139.732
Depósitos vinculados	(5.663)
	134.069

Covenants não financeiros

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas com **covenants** não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela Tesouraria e reportadas periodicamente à Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

Todos os covenants não financeiros se encontram atendidos. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem garantias em forma de fianças bancárias.

13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Prática contábil

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são, em sua maioria, medidos pelo custo amortizado, mas em alguns casos podem ser avaliados pelo valor justo, com impacto no resultado ou em outros resultados abrangentes.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Nível II: são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Segue descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros:

	2025			2024		
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2.331	-	2.331	3.123	-	3.123
Títulos e valores mobiliários	782	-	782	-	1.229	1.229
Contas a receber	11.131	-	11.131	8.423	-	8.423
Operações comerciais com partes relacionadas	4.198	-	4.198	4.211	-	4.211
Notas comerciais com partes relacionadas	36.991	-	36.991	33.639	-	33.639
	55.433	-	55.433	49.396	1.229	50.625
Passivos financeiros						
Fornecedores	9.620	-	9.620	2.160	-	2.160
Empréstimos e financiamentos	140.236	-	140.236	141.786	-	141.786
Operações comerciais com partes relacionadas	4.459	-	4.459	2.657	-	2.657



154.315	-	154.315	146.603	-	146.603
---------	---	---------	---------	---	---------

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com a hierarquia a seguir:

	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	782	-	-	-	1.229	-	1.229
	-	782	-	-	-	1.229	-	1.229

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais por meio do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para financiamentos captados via bancos de fomento e classificados e mensurados pelo custo amortizado, a Companhia entende que se trate de operações bilaterais que não possuem mercado ativo e nem outra fonte semelhante, que têm condições comparáveis e que podem servir de modelo para determinar seus valores justos, portanto, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os demais empréstimos classificados como custo amortizado, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui exposição cambial relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, contudo não relevante.

Risco de variação dos preços de mercado de energia elétrica

A Companhia está exposta a compra de energia elétrica para atendimento aos seus contratos de autoprodução.

Risco de taxa de inflação e juros flutuantes

A Companhia tem seu passivo indexados ao mercado flutuante de juros no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

O ativo da Companhia, representado por suas receitas, também é corrigido pelo IPCA, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de inflação de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso a curva de IPCA fosse deslocada em 25% e 50%, respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de fluxo de caixa:			
Passivo indexado ao IPCA	9.621	11.273	12.906
Despesa financeira esperada	9.621	11.273	12.906
Aumento da despesa financeira	-	1.651	3.285

**Metodologia:**

deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

Indicadores

IPCA médio 12M: 6,36% (fonte: Curva Referencial B3)

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						2025
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	10.224	-	-	-	10.224
Operações comerciais com partes relacionadas	-	3.501	-	-	-	3.501
Empréstimos e financiamentos	4.791	5.313	11.316	47.726	216.778	280.924
	4.791	5.313	11.316	47.726	216.778	294.649

						2024
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	6.407	-	-	-	6.407
Operações comerciais com partes relacionadas	-	2.657	-	-	-	2.657
Empréstimos e financiamentos	7.639	7.479	14.830	48.289	245.433	323.670
	7.639	16.543	14.830	48.289	245.433	332.734

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos relacionados a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados estão expostos a baixos riscos devido à classificação dos bancos de 1ª linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento.

	2025	2024
Posição do risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa	2.331	3.123
Títulos e valores mobiliários	782	1.229
Contas a receber de clientes	11.131	8.423
	14.244	12.775

Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Nos casos em que é necessário aprovação dos acionistas, a Administração irá propor tais ações.

14. Partes relacionadas

Prática contábil

As transações de venda de energia são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, sendo atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

Companhias ligadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Operações Comerciais						
Focus Futura Holding Participações S.A. a	4.190	4.190	-	-	-	-
Eneva S.A. b	8	21	4.459	2.298	(23.575)	(1.761)
Eneva Comercializadora de Energia Ltda c	-	-	-	359	(633)	(6.542)
	4.198	4.211	4.459	2.657	(24.208)	(8.303)
Notas comerciais						
Eneva S.A. d	36.991	33.639	-	-	3.345	139
Focus Futura Holding Participações S.A	-	-	-	91	-	-
	36.991	33.639	-	91	3.345	139

(a) Recebimentos referentes à compra do projeto Futura;

(b) Saldo relativo ao repasse de despesas entre empresas, como exemplo cost sharing;

(c) Saldo composto por compra de energia para revenda para atendimento do contrato de autoprodução;

(d) Saldo relacionado a 3ª emissão de notas comerciais escriturais emitida pela Eneva S.A., tendo a SPE 5 como Titular. O vencimento de acordo com o termo é 15 de dezembro de 2042 e será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + Spread.

Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba.

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Diretoria da Eneva S.A. Assim sendo, não foram incorridos em gastos de remuneração desses administradores pela Companhia.

15. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 293.103, sendo composto por 275.972.155 ações ordinárias classe A, 30.775 ações ordinárias classe B e 30.743.909 ações preferenciais.



Abaixo, o quadro societário da Companhia atualizado com a mudança de participação:

2025 e 2024					
	Quantidade	Ações			%
		Ações preferenciais	Ações ordinárias Classe A	Ações ordinárias Classe B	
Acionista					
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	238.196.053	-	238.196.053	-	77,40%
Vallourec Tubos do Brasil Ltda	36.006.380	-	36.006.380	-	11,70%
Vallourec Tubular Solutions Ltda	2.769.722	-	1.769.722	-	0,90%
Focus Futura Holding Participações S.A.	30.774.684	30.743.909	-	30.775	10,00%
Total	307.746.839	30.743.909	275.972.155	30.775	100,00%

Cabe destacar que as empresas do grupo Vallourec são acionistas minoritárias e não estão envolvidas na gestão diária ou na governança corporativa da Companhia. Esses acionistas não exercem influência significativa sobre as decisões operacionais ou estratégicas da empresa, e, por isso, não são considerados como partes relacionadas.



Diretoria

Ricardo Correa Pascotto

Diretor Presidente

Marcelo Cruz Lopes

Diretor

Conselho de Administração

Marcelo Campos Habibe

Presidente do Conselho de Administração

Maria Fernanda Nalin Salomão

Conselheira

Marcelo Cruz Lopes

Conselheiro

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento

CRC-RJ 086983/O-0

Diretora de Controladoria e Tributário

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9

Contador

Informações corporativas

SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.

Praia de Botafogo 501,

Torre Corcovado Sala 404 B – Botafogo

Rio de Janeiro (RJ) – Brasil CEP: 22.250-040

Certificate Of Completion

Envelope Id: D44E57B8-12B7-4EDE-837E-1E19B429570B

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: Demonstrações Financeira - SPE 5.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 23

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Erivelton Ramos

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

erivelton.ramos@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

31 March 2026 | 21:38

Holder: Erivelton Ramos

erivelton.ramos@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

31 March 2026 | 22:24

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Guilherme Naves Valle

Signer Role: Partner

guilherme.valle@pwc.com

Partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Signer Role: Partner

Subject: CN=Guilherme Naves Valle:54199158634

Signature

DocuSigned by:

E63126604DEE407...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 201.56.5.228

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 31 March 2026 | 21:41

Viewed: 31 March 2026 | 22:24

Signed: 31 March 2026 | 22:24

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Erivelton Ramos erivelton.ramos@pwc.com Gerente de auditoria PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	<div style="border: 2px solid blue; padding: 5px; display: inline-block;">COPIED</div>	Sent: 31 March 2026 22:24 Viewed: 31 March 2026 22:24 Signed: 31 March 2026 22:24
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2026 21:41
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2026 22:24
Signing Complete	Security Checked	31 March 2026 22:24
Completed	Security Checked	31 March 2026 22:24

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------